
APONTAMENTOS SOBRE O GOVERNO ÉTICO-POLÍTICO DE USUÁRIOS DE MACONHA NO BRASIL

Tiago Magalhães Ribeiro^(*)

As drogas tornadas ilícitas têm gerado esforços legislativos, judiciários, policiais, médicos e educacionais bastante significativos, envolvendo a mobilização de profissionais, instituições e investimentos financeiros nada desprezíveis. A maconha, proibida no Brasil em período relativamente recente (a década de 1930), é a mais consumida dessas drogas.¹ Nesse quadro, os sujeitos que fazem uso dessas substâncias têm sido alvo de investimentos políticos, tendo em vista a normalização de suas condutas e a constituição de identidades usuárias de drogas passíveis dos mais diversos tipos de controles sociais. Tais esforços, contudo, não têm sido acompanhados pela diminuição do interesse pelo uso de drogas², provocando, ainda, uma série de efeitos deletérios sobre o sistema prisional, além de violações aos Direitos Humanos e incremento da violência nos grandes centros urbanos. Por conta disso, intensificou-se o debate, nos últimos anos, em diversos países, envolvendo instituições do Estado e da sociedade civil organizada, figuras públicas, políticos, pesquisadores, profissionais de diversas áreas e ativistas, a respeito da nossa relação com as drogas e das formas pelas quais concerne, ou não, ao Estado, e em que medida, interferir nessa relação, bem como que tipo de interferência seria desejável, correta, eficaz. Diante, então, da importância conferida ao tema das drogas e de suas formas de controle no mundo contemporâneo,

^(*)Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2016). Atualmente é Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: tiagomribeiro@gmail.com.

¹ Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas, publicação anual do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês), em sua edição de 2015, há 181,8 milhões de usuários de maconha no mundo, o que faz dessa substância a mais consumida das drogas ilícitas (UNODC, Relatório Mundial sobre Drogas, 2015. Disp.: <https://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf>. Acesso: 16 mar. 2016).

² Segundo relatório publicado pela Comissão Global de Políticas sobre Drogas, comissão formada por 22 membros, dentre os quais os ex-presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, do Chile, Ricardo Lagos, da Colômbia, Cesar Gaviria, do México, Ernesto Zedillo, de Portugal, Jorge Sampaio, e da Suíça, Ruth Dreifuss, além de notáveis como o intelectual peruano Mario Vargas Llosa, o ex-secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e o ex-diretor do Banco Central dos Estados Unidos, Paul Volcker, a “guerra global contra as drogas” pode ser considerada como um “fracasso”, já que “os imensos recursos gastos na erradicação da produção, repressão aos traficantes e criminalização dos usuários não foram capazes de reduzir a oferta nem de reduzir o consumo de drogas” (COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. Relatório, 2011, p. 2. Disp.: <http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/themes/gcdp_v1/pdf/Global_Commission_Report_Portuguese.pdf>. Acesso: 16 mar. 2016).

torna-se relevante perguntar como se problematiza e se governa os usuários da mais consumida das drogas tornadas ilícitas e como eles problematizam e governam a si mesmos, tendo em vista diagnosticar o estado atual dos enfrentamentos em torno das formas de administração do uso dessa droga como parte das táticas de gestão da população por parte do Estado.

É no interior desse marco, a partir desse problema que se organiza em torno da questão de como governar (e de como governam a si mesmos) os usuários de drogas, que procurei descrever e analisar racionalidades e práticas de (auto) governo de usuários de maconha brasileiros.³ Objetos históricos de práticas de controle por parte do Estado e de todo um mercado de agentes e instituições privadas de gestão e normalização de suas condutas, esses sujeitos têm desenvolvido, desde muito, mas na atualidade de formas mais perceptíveis socialmente, suas próprias racionalidades e formas de gestão de si mesmos. Trata-se aqui, então, de deslindar aspectos de uma história da subjetividade de usuários de maconha no Brasil mediante descrições e análises de racionalidades e de tecnologias de governo ético⁴ e de governo político desses sujeitos em nosso país. Para tal, exponho, de um lado, como o uso de maconha foi constituído, no Brasil de início a meados do século XX, enquanto problema pensável e administrável, com a produção, principalmente na psiquiatria e na medicina, de saberes sobre essa droga e seus usuários, o que permitiu um avanço dos controles sociais sobre as práticas de alteração de consciência por meio do uso dessa substância. De outro lado, busco compreender como esse processo de objetivação de sujeitos e de suas práticas em discursos de verdade se relaciona com os modos pelos quais, neste início de século XXI, consumidores de maconha problematizam e atuam sobre si mesmos e sobre os outros, procurando se constituir como sujeitos de suas práticas de alteração de consciência.

GOVERNAMENTALIDADES

Para a formulação dessa problemática, foi fundamental o trabalho do filósofo francês Michel Foucault, especialmente o uso de uma ferramenta analítica por ele chamada de “governamentalidade”, chave de inteligibilidade para a compreensão dos processos histórico-sociais

³ Realizei esse empreendimento em minha tese de doutorado intitulada “Governo Ético-Político de Usuários de Maconha”, que foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos em fevereiro de 2016. O intento deste artigo é apresentar alguns resultados dessa investigação.

⁴ Entendo “ética”, neste texto, como “a elaboração de uma forma de relação consigo que permite ao indivíduo constituir-se como sujeito de uma conduta moral” (FOUCAULT, 2012, p. 315).

que situa a constituição do sujeito em uma superfície de contato entre tecnologias de dominação e tecnologias do eu⁵. Trata-se, aí, de conceber a ação humana como resultado da imbricação, da relação que se configura, historicamente, entre as maneiras de governar os indivíduos por meio de discursos verdadeiros e de práticas de poder que, em grande medida, se institucionalizam e visam condicionar o campo de possibilidades de ação individual e coletiva, e as maneiras pelas quais os próprios indivíduos governam a si mesmos por meio de técnicas, de exercícios, de investimentos sobre si tendo em vista a constituição de certas formas de ser, de certos estilos e modos de vida.

Nesse processo, identifiquei a emergência e a coexistência histórica entre duas governamentalidades em torno dos usos de maconha no Brasil. A primeira delas foi constituída na Primeira República, conformando algo aproximado daquilo que Foucault chamou de “Estado de polícia”, um modo de racionalização da gestão do Estado cujo princípio é o de que “não se presta atenção suficiente, coisas demais escapam, áreas demasiado numerosas carecem de regulação e regulamento, faltam ordem e administração – em suma, governa-se pouco demais” (FOUCAULT, 2008a, p. 433). Tal racionalidade governamental preconiza um Estado hiperadministrativo que funciona por meio de cálculos e técnicas que visam ao estabelecimento de uma relação controlada entre a ordem interna do Estado e o crescimento de suas forças (FOUCAULT, 2008, p. 421). Na governamentalidade de Estado de polícia, os comportamentos da população se tornam foco de interesse estatal na medida em que podem constituir elementos importantes para o fortalecimento do Estado. Assim, trata-se de tornar as atividades dos indivíduos úteis ao Estado, administrando-se, para isso, o desenvolvimento quantitativo da população, suas necessidades em termos de alimentação, vestuário, habitação e a qualidade de sua saúde, de modo a que estejam aptos a trabalhar (principalmente em ofícios dos quais o Estado necessita) e que adotem modos de vida que, ao mesmo tempo em que os façam felizes e infensos à contestação, possam ser transformados em

⁵ Foucault (2004, p. 323-324) entende que os seres humanos desenvolveram diferentes conjuntos de técnicas por meio das quais procuraram constituir formas de conhecimento sobre si mesmos e sobre o mundo. Esses conjuntos são por ele agrupados em quatro grandes “tecnologias”, cada uma delas constituindo “uma matriz de razão prática”: “(1) tecnologias de produção, que permitem produzir, transformar ou manipular as coisas; (2) tecnologias dos sistemas de signos, que permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significação; (3) tecnologias de poder, que determinam a conduta dos indivíduos e os submetem a certos fins ou dominação, objetivando o sujeito; (4) tecnologias de si, que permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade”. A “governamentalidade” constitui, nesse sentido, o campo de contato entre as tecnologias de poder, ou de dominação, e as tecnologias de si ou do eu, campo este a partir do qual se estruturam as relações do ser consigo mesmo.

forças do Estado. Para tal, o poder do Estado passa a incidir sobre novos domínios, buscando moldar, direcionar, conduzir os interesses e desejos dos indivíduos. Daí a necessidade de o Estado passar a disciplinar e regular as relações dos indivíduos uns com os outros e consigo mesmos, fazendo das questões comerciais e dos processos e dinâmicas urbanas objetos de crescente vigilância e intervenção.

Como Foucault (2008; 2008a) descreve, a ascensão das racionalidades políticas liberais, principalmente a partir do século XVIII, na Europa, mas espalhando-se nos séculos seguintes para a maior parte do mundo ocidental, progressivamente desarticula a polícia como racionalidade administrativa dominante no mundo ocidental, passando a priorizar uma menor intervenção do Estado nos processos econômicos e reconfigurando os modos pelos quais a população é tornada objeto de governo. O princípio liberal de governo se baseia na ideia segundo a qual “sempre se governa demais, ou, pelo menos, sempre se deve suspeitar que se governa demais” (FOUCAULT, 2008a, p. 433). Como instrumento crítico da realidade, o liberalismo propõe que se parta, na reflexão governamental, não do Estado e suas necessidades de sobrevivência e fortalecimento, o que conduz à necessidade de maximizar as práticas de governo da população, mas da sociedade e da complexidade de suas relações com o Estado. Daí a substituição da questão central do Estado hiperadministrativo (como governar o máximo possível ao menor custo possível?), pela problemática liberal de saber se há necessidade de governar e que finalidades da sociedade justificam a existência de sua submissão ao governo. Emergência de uma governamentalidade liberal, portanto, como crítica ao Estado de polícia, crítica à irracionalidade do excesso de governo, governamentalidade esta que vai procurar mostrar uma essencial incompatibilidade entre a maximização governamental e o desenvolvimento econômico, visto como signo da liberdade.

Entendo que, no Brasil, no que tange ao governo das drogas e de seus usuários, a racionalidade policial persistiu como forma de pensamento dominante em torno da gestão governamental estatal dessas práticas ao longo de todo o século XX e ainda neste início de século XXI, mesmo que governamentalidades mais liberais tenham, ao longo dos últimos dois séculos, progressivamente sido estatizadas e informado os modos de atuação do Estado brasileiro no que concerne a vários de seus campos e objetos de gestão e atuação. No entanto, tal persistência se deu em meio a uma série de transformações por meio das quais elementos dos “liberalismos” ora se conectaram e fortaleceram, ora provocaram crescentes fissuras nessa forma de gestão policial das

condutas relativas ao uso de drogas. Essas fissuras se dão tanto do ponto de vista das resistências articuladas por usuários de drogas ou outros movimentos sociais, culturais e de direitos humanos, quanto do ponto de vista dos próprios aparatos governamentais, crescentemente atravessados por modelos liberais, de inspiração econômica, para a gestão dos mais diversos campos sociais e aspectos da vida da população, abalando, muitas vezes, o caráter de proteção social que o Estado eventualmente pôde assumir nas suas formas de governo. Ao mesmo tempo, os aparatos de vigilância e controle de tipo “policial”, muitas vezes repressivos e fazendo uso de violência, incrustados nos dispositivos de segurança e em instituições como, por exemplo, além da polícia, as corporações médicas e psiquiátricas, ou mesmo educacionais, seguem operacionais e fornecendo modelos efetivos de controle sobre populações vistas como “incapazes” de gerir a si mesmas nos moldes desenhados pelas racionalidades liberais, calcados em responsabilidade pessoal e autocontrole. Coexistência, então, em nosso país, na atualidade, de racionalidades e tecnologias de tipo policial-administrativo e de tipo liberal no governo de usos e usuários de drogas ilícitas, cada qual se configurando útil e operativa em diferentes contextos e sobre diferentes grupos sociais na consecução de um modelo de administração política da questão das drogas que emprega uma lógica policial para a gestão dos usos de drogas por parte das parcelas empobrecidas da população brasileira e confere possibilidades de resistência liberal por parte de extratos médios e de elite dessa população.

GOVERNO ÉTICO-POLÍTICO DE USUÁRIOS DE MACONHA NO BRASIL

Para formular uma genealogia das racionalidades e tecnologias políticas que organizaram o governo dos usuários de maconha por parte do Estado brasileiro, tomei por fontes de pesquisa uma série de estudos produzidos ao longo das primeiras décadas do século passado, percorrendo um período que vai de 1915 até o final da década de 1960. Nesses textos, produzidos principalmente por médicos, psiquiatras e cientistas, muitas vezes ocupantes de cargos em diversos níveis da administração pública, a maconha e seus usuários foram, pela primeira vez em nosso país, problematizados como objetos de formas de conhecimento que intentaram aceder ao estatuto de ciência. Em tal processo, esses indivíduos foram inseridos em um jogo de verdade que instituiu uma governamentalidade dos usos de maconha, uma vez que a problematização construída conectou-se diretamente a práticas de governo, à administração de indivíduos cujas condutas passaram a ser definidas, naquele momento, como indesejáveis e passíveis de controle por parte do Estado.

Analisei, então, os discursos postos em circulação por esses homens de ciência, “pequenos administradores da alma humana” (MILLER; ROSE, 2012), tendo em vista compreender, através desses discursos, as relações entre a forma de racionalização da experiência do uso de maconha que eles produziram e a transmissão do poder que, materializando-se em práticas institucionais, incidiu sobre indivíduos, os quais, pelo fato de cultivarem o hábito do consumo de maconha, foram conectados a uma identidade degenerada, patológica, delinquente, sendo constituídos como sujeitos-objetos de um controle político, médico, educacional, penal e moral. Nessa produção de conhecimento que embasou a ação política institucional do Estado o sujeito usuário de maconha foi construído historicamente, no Brasil, entre o início e o meado do século XX, como um sujeito patológico e criminógeno, identidade derivada dos preconceitos que organizavam as formas de controle exercidas pelo Estado brasileiro sobre as populações de negros e mestiços, caboclos pobres, nordestinos e nortistas que eram os principais consumidores de maconha e que configuravam as chamadas “classes perigosas”, consideradas como ameaças à manutenção dos privilégios que caracterizavam a partilha de poder entre as elites brancas e urbanas herdeiras do colonialismo (RIBEIRO, 2016, p. 44-124). Uma amostragem dessa racionalidade pode ser vista em dois pequenos excertos de trabalhos de médicos e psiquiatras que se ocuparam da formulação de um discurso de verdade sobre a maconha e seus usuários. No primeiro, afirma-se que o uso da droga era

muito disseminado entre pessoas de baixa condição, na maioria analfabetos, homens do campo, trabalhadores rurais, plantadores de arroz nas margens do rio de São Francisco, canoieiros, pescadores, e também nos quartéis pelos soldados, os quais ainda entre nós são tirados da escória da nossa sociedade. (DÓRIA, 1958, p.11).

Já no segundo excerto selecionado, fica clara a construção de determinismo étnico do vício:

para dar-vos, de início, uma ideia dos perigos sociais da maconha, digo-vos, tão só, à moda de intróito, que ela é, ao lado da cachaça, o enlevo das populações nortistas pobres que, no tóxico, tantas vezes, encontram a fórmula doce do sonho para as arestas contundentes da vida. Povo de caracteres étnicos que facilitam a absorção fácil de ideologias abstrusas, assoberbado pelos flagelos da seca, pelas torturas das endemias, e da ignorância, é de apavorar o quadro dantesco que, nesse terreno, os tóxicos podem desenhar através do indivíduo e da espécie. (MENDONÇA, 1958, p. 99).

De outro lado, analisei discursos circulantes em uma comunidade virtual de usuários de maconha⁶, entre os anos de 2002 e 2015, verificando de que modos a construção de subjetividade correlata ao governo político de usuários de maconha constituído no século passado em nosso país tem sido contestada e reelaborada, de modo a conformar um sujeito usuário de maconha autocontrolado e gestor de si (RIBEIRO, 2016, p. 155-328). Busquei descrever essas novas formas de subjetividade que estão sendo produzidas a partir da constituição de um campo reflexivo no interior do qual esses indivíduos problematizam sua situação enquanto usuários da substância e elaboram práticas por meio das quais podem se tornar objetos de sua própria ação, exercendo poder sobre si mesmos e governando suas condutas de modo a melhor administrar não só o consumo da droga de um modo por eles considerado satisfatório, como também suas relações com os outros nas mais diversas instâncias da vida, como a família, o trabalho, os ambientes educacionais etc. Nesse projeto de constituição de si, o estabelecimento de uma ética, de uma relação consigo mesmo adquire importância, na medida em que é através da própria conduta que esses usuários de maconha procuram falsificar as asserções de verdade cristalizadas no senso comum a partir do processo histórico de objetivação dos “maconheiros” como delinquentes e/ou doentes. Nos excertos abaixo, evidenciam-se alguns dos aspectos centrais do tipo de governo de si que é propugnado no âmbito da comunidade estudada enquanto instrumento tático de resistência às verdades que estruturaram a reflexão e a ação do Estado brasileiro sobre os usuários de maconha:

sempre se conscientize e prove não só para seus pais, mas para **você mesmo**, que nada além de você mesmo tem controle sobre sua vida e, se em algum momento você estiver patinando, amigo, é hora de parar e repensar suas atitudes, antes tarde do que nunca!” (Disp.:

⁶ Trata-se da comunidade virtual *Growroom*, acessível através do endereço eletrônico www.growroom.net. Estou plenamente consciente de que este estudo, ao tomar como dado empírico mensagens trocadas por usuários dessa comunidade específica, não pode dar conta de todo o processo contemporâneo de produção de novas subjetividades usuárias de maconha em nosso país. Inescapavelmente, descrevo possibilidades éticas e políticas que se desvelam para indivíduos pertencentes a certos meios específicos (no caso, principalmente jovens urbanos de classe média), ignorando todo um universo de práticas, técnicas e relações consigo e com os outros que são fomentadas em outros contextos. No entanto, o fato de a referida comunidade constituir não só a mais antiga, como também a maior comunidade virtual de usuários de maconha em língua portuguesa foi determinante na seleção do campo a ser investigado em busca da compreensão de processos de subjetivação de consumidores da droga no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, as afirmações que faço referem-se unicamente a processos circunscritos a esse universo social, de modo que a investigação a partir de outras superfícies de análise, de outros indivíduos ou grupos (virtuais ou não) certamente indicaria outros vieses, outras produções de subjetividade, outras formas de construção de relações consigo, com os outros, com a droga e com os regimes de poder e saber operantes em nossa época e cultura.

<<http://www.growroom.net/board/topic/23055-cannabis-x-responsabilidade/>>. Acesso: 16 mar. 2016);

não podemos ficar parados esperando ela [a maconha], milagrosamente, ser legalizada. Isso só vai acontecer se nos unirmos e mostrarmos pro resto do mundo que fumar maconha não deixa ninguém louco, nem violento, viciado, etc.” (Disp.: <<http://www.growroom.net/board/topic/20786-cannabis-idosos-e-respeito/>>. Acesso: 16 mar. 2016);

se dedique aos estudos, trabalhe e produza. (...) mostre a eles que mesmo você sendo usuário de cannabis você será capaz de produzir e levar uma vida digna e honesta. Essa é a melhor resposta do maconheiro. Nós usuários somos vítimas da mídia e do preconceito, que todo maconheiro é vagabundo, mas isso é só um tabu que está caindo aos poucos. TRABALHE, SEJA PRODUTIVO, ESTUDE E TENHA UMA VIDA DIGNA. Essa é a melhor resposta que o maconheiro pode dar para a sociedade (Disp.: <<http://www.growroom.net/board/topic/45167-educacao-x-maconha/>>. Acesso: 16 mar. 2016);

devemos, sim, conscientizar-nos do uso com moderação. Devemos incentivar o estudo, o trabalho, hábitos sociais saudáveis. Não vem a rapaziada me achar caretão. Mas todos nós sabemos que existem abusos. Se fumar, não dirija. Aprecie com moderação. Ajuda a quem quiser dar um tempo ou tiver problemas com a família (como já fazemos por aqui). (Disp.: <<http://www.growroom.net/board/topic/38524-legalizacao-consciente/>>. Acesso: 16 mar. 2016);

não devemos desistir de mostrar o quanto podemos administrar os lados positivos e também os contratempos do uso da marijuana. É isso que temos que pedir pro governo: em vez de gastar milhões com apreensão e repressão às drogas, ele desenvolver centros de apoios aos usuários... (Disp.: <<http://www.growroom.net/board/topic/7703-conscientizando-os-maconheiros/>>. Acesso: 16 mar. 2016).

Para a compreensão desse processo de problematização e de autogoverno de usuários de maconha recorri novamente ao ferramental teórico-conceitual com o qual Michel Foucault operava suas análises das relações de poder e das formas como estas incidem sobre os indivíduos, constituindo-os, não sem o seu próprio engajamento ativo em tais relações, como sujeitos. Foucault (2008) apresenta a noção de “contraconduta” como um tipo de enfrentamento ao poder que se caracteriza não por uma negação desse poder, mas por uma insurgência contra uma forma específica por meio da qual ele é exercido em um contexto particular. Ou seja, não se trata, para aqueles que adotam uma contraconduta, de tentarem se posicionar em algum lugar de exterioridade ao poder, de se recusarem a ser governados, mas sim de se recusarem a ser governados precisamente daquela maneira como se quer governá-los, reivindicando, portanto, um outro modo

de condução de suas condutas. Para Senellart (2008), as formas e as características que uma contraconduta assume, enquanto modo de resistência a um exercício de poder, são indissociáveis das governamentalidades que operam os modos pelos quais esse exercício de poder será racionalizado e efetivamente tornado prática, de modo que existe uma correspondência entre governamentalidades vigentes e formas de resistência possíveis em cada época e contexto cultural. Além disso, o modo pelo qual uma contraconduta é empreendida indicia um foco de crise na governamentalidade a ela correspondente, pois é a partir do próprio governo por meio do qual se conduzem as condutas, tal como é pensado e praticado, que se constitui uma contraconduta, uma vez que ela não se coloca “fora” do campo do governo, mas se constitui precisamente no seu interior, estruturando suas estratégias e suas formas de ação a partir do mesmo repertório de racionalidades e de tecnologias a partir das quais o discurso e as práticas de governo foram constituídas. A contraconduta, então, como forma específica de resistência ao poder, tem por objetivo a constituição de uma outra conduta, a reivindicação de se ser conduzido de outro modo, por outros condutores, para outros objetivos, por meio de outros procedimentos ou métodos (FOUCAULT, 2008, p. 257), diferentes daqueles atualmente empregados. Trata-se de uma forma de resistência que remonta às lutas contra o pastorado cristão e o tipo de sujeição por ele praticado, e que, na modernidade, caracteriza os modos pelos quais os delinquentes, os loucos e os doentes, por exemplo, pelo simples fato de resistirem ao poder que os designa e sobre eles atua precisamente como delinquentes, loucos e doentes, tornam político aquilo que, até então, era tão somente “a ciência” ou “a verdade”. Conforme Foucault (2008), na Idade Média organizaram-se cinco formas de contraconduta em relação ao pastorado cristão das almas. Uma delas me interessou especialmente, como matriz de contracondutas contemporâneas de usuários de maconha: o ascetismo.

É como uma ascese, “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (FOUCAULT, 2012a, p.259), exercício este cujo condutor e cujo conduzido coincidem no próprio sujeito, que desafia a si mesmo a provar, para si e para os outros, ser capaz de controlar-se, de exercer domínio sobre si, sobre seus desejos, que a contraconduta dos usuários de maconha aqui estudados se dá. O ascetismo, seja na resistência ao pastorado cristão, seja na resistência ao governo das condutas de usuários de maconha, constitui “uma espécie de elemento tático” que, a partir dos próprios temas em torno dos quais o poder se exerce, pode ser utilizado contra essas estruturas de poder (ou pode também, por outro lado, em

certos casos vir a reiterá-las mediante sua reprodução). Ortega (2010) apresenta uma aprofundada discussão sobre as práticas ascéticas na Antiguidade e no mundo contemporâneo, discussão esta que me auxiliou a melhor compreender esses movimentos sobre si que identifiquei entre usuários de maconha. Segundo ele, existem quatro tópicos que estão presentes em toda conduta ascética. O primeiro desses tópicos indica que

a ascese implica em um processo de subjetivação. Ela constitui um deslocamento de um tipo de subjetividade para outro tipo, a ser atingido mediante a prática ascética. O asceta oscila entre uma identidade a ser recusada e outra a ser alcançada. A subjetividade desejada representa para o asceta a verdadeira identidade para a qual se orienta o trabalho ascético (p. 20).

Além disso, “as formas de subjetividade visadas pela ascese podem diferir ou não das identidades prescritas social, cultural e politicamente” (ORTEGA, 2010, p.20). Já o segundo tópico aponta que “a ascese implica na delimitação e reestruturação das relações sociais, desenvolvendo um conjunto alternativo de vínculos sociais e construindo um universo simbólico alternativo”. O terceiro tópico caracterizador de toda prática ascética indica que a ascese “é uma prática social”, um “fenômeno social e político” que envolve “suporte comunitário” e “função política”, enquanto o quarto tópico assinala a ascese como um “exercício da vontade” (ORTEGA, 2010, p.21), sendo a consecução da vontade “uma questão de atenção, vigilância, constância e concentração atlética” (p. 22). Todas estas características estão presentes no tipo de ascese proposta pelos usuários de maconha por mim estudados.

Essas contracondutas de tipo ascético se ancoram, na comunidade pesquisada, em racionalidades liberais. Seguindo indicações de Foucault (2008a) analisei os “liberalismos” como instrumentos de crítica às práticas de governo (vistas como excessivas e dispendiosas), crítica esta que se operacionaliza como princípio e método de racionalização das referidas práticas no interior de uma matriz econômica de pensamento voltada à produção de um equilíbrio entre a liberdade de cada um e a segurança de todos. É por meio da instituição de uma série de mecanismos de autocontrole e assunção de responsabilidades, suscetíveis de atenuar perigos (para o indivíduo que faz uso da droga e, também, para a sociedade no interior da qual esse uso se dá) e reduzir os temores em relação ao uso de drogas que esses usuários de maconha procuram implementar suas contracondutas. São como gestores das próprias liberdades (e dos perigos sociais por elas implicados) que eles buscam constituir formas de educação de si mesmos, fazendo, de si próprios, objetos de técnicas de automoderação, autovigilância e autoavaliação. É, portanto, naquilo que os

liberalismos produzem, é no repertório de pensamento e de ação que eles disponibilizam que os usuários de maconha que investiguei encontram as ferramentas do governo que buscam empreender sobre si mesmos e, também, das estratégias de luta política que constituem a fim de alcançarem seus objetivos de transformação da legislação que proíbe o uso da droga no Brasil. Tais racionalidades políticas foram compreendidas, então, não como ideologias ou programas que seriam seguidos por esses usuários de maconha, mas como matrizes dos tipos de agenciamentos políticos que esses sujeitos empregam sobre si mesmos, agenciamentos estes que se baseiam em um questionamento das formas tradicionais (policiais-administrativas) de regulação e controle da maconha no Brasil. Nesse sentido, operando uma transferência das formas de análise *foucaultianas* do liberalismo e do neoliberalismo como práticas de governo político para a análise do seu funcionamento no âmbito das práticas éticas de governo de si, compreendi a racionalidade da arte de governar desses usuários de maconha autorreflexivos como ancorada em elementos das governamentalidades liberais, bastante operativas na gestão de diversos aspectos da vida social contemporânea. Evidenciou-se, desta forma, como na contemporaneidade tais racionalidades configuram o quadro e estruturam, de um lado, práticas de dominação através, por exemplo, do desmonte do Estado de bem-estar e do abandono dos indivíduos a sua própria sorte, ou melhor, a sua própria “capacidade”, “mérito” e “competência”; e, de outro lado, evidenciou-se como tais racionalidades configuram o quadro e estruturam práticas de resistência, através de movimentos de recusa às formas de normalização, uniformização e totalização da experiência individual que o Estado busca estabelecer por meio de intervenções técnico-políticas com base em saberes e práticas médicas, policiais e educacionais atuantes sobre os mais diversos aspectos da vida da população, tendo em vista governar os usos do corpo e dos prazeres.

Os resultados da investigação apontaram, como indicado, para uma coexistência de governamentalidades nas formas de gestão do uso de maconha no Brasil: de um lado, problematização e governo policial das condutas de traficantes e usuários pobres; de outro, possibilidades de resistência liberal, de estilização de autocontroles e propugnação de formas de autogoverno por usuários de classes médias e altas. Essa produção de subjetividade que configura a resistência liberal, contudo, como discutirei em seguida, se encontra duplamente limitada: de um lado, teoricamente, pela dificuldade de se fundar uma ética em uma ideia de autonomia como pleno controle de si, e, de outro, praticamente, pelos profundos recortes e divisões socioeconômicas que caracterizam a sociedade brasileira.

CRÍTICA

São concretos os limites que se colocam diante da estruturação de uma luta política (seja ela qual for) em torno da capacitação dos indivíduos para o autoaperfeiçoamento, o autocontrole e a assunção de responsabilidades. Tais limites podem ser analisados em pelo menos dois níveis, ambos articulados ao fato de que as formas de racionalidade pelas quais esses sujeitos usuários de maconha autorreflexivos procuram se tornar inteligíveis para si mesmos e para a sociedade, desconstruindo pela via ética o discurso de verdade que fixa a identidade do usuário de maconha como criminosa e patológica, naturalizam-se em suas práticas e os posicionam em um novo regime de verdade para o qual eles se encontram impossibilitados de oferecer uma crítica, uma vez que as formas pelas quais eles passam a reconhecer a si mesmos como sujeitos são reguladas por essas racionalidades. No primeiro nível de crítica segui Judith Butler (2015) quando sugere que a estruturação de modelos éticos sobre pressupostos de autocontrole e mestria de si como base da construção de autonomia é ilusória, além de ter consequências políticas desastrosas, uma vez que se mantém no interior da racionalidade liberal individualista calcada no “eu” como propriedade de si e na ideia de liberdade como controle do indivíduo sobre si mesmo. Diferentemente disso, para essa autora é preciso fundar a relação consigo na relação com o outro, no sentido de que somos em boa medida opacos a nós mesmos e de que grande parte do que desejamos e do que nos impulsiona são forças que não controlamos e nem temos como controlar, forças que advêm do outro e que precedem a constituição do “eu”. Seria preciso abandonar, então, uma ideia autárquica de autonomia em favor de uma ética da heteronomia sem sujeição, uma ética que reconhece o outro no si mesmo. Libertar-se, nesse sentido, passaria, antes de se libertar do outro e sua norma, por libertar-se da ideia de que um sujeito que se autodomina possa constituir uma possibilidade factível na qual ancorar a produção de subjetividade. Assim, mais do que pelo desejo de controle, é pela aceitação da nossa vulnerabilidade que passaria a possibilidade da nossa liberdade.

Já o segundo nível da crítica às limitações do governo de si proposto no âmbito da comunidade de usuários de maconha estudada sugere que tal proposição carrega em si um possível desconhecimento ou desconsideração acerca das formas pelas quais se dá, no Brasil, o processo de legitimação das desigualdades econômicas e sociais. Tal desconhecimento abre a possibilidade de que uma luta por libertação possa se constituir como mais um capítulo do jogo de dominação do qual se pretendia libertar-se. Como alerta o sociólogo Jessé Souza, a abordagem de problemas

políticos e sociais a partir de racionalidades liberais caracterizadas pela configuração das problemáticas de campos diversos em termos de cálculos econômicos, fazendo da forma-mercado a instância e a lógica resolutivas dos mais diversos tipos de questões, tem por efeito uma eternização de privilégios e uma invisibilização dos “conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros” (SOUZA, 2009, p. 17). Tal desigualdade (privilégios de um lado, sofrimento e humilhação de outro) já se encontra estabelecida em nossa sociedade no que concerne ao tratamento dado aos indivíduos envolvidos com drogas, os quais, na prática jurídica, são distinguidos entre usuários (passíveis de sofrer penas de advertência, frequência obrigatória a cursos educativos e prestação de serviços comunitários), e traficantes (que podem ser condenados a até 15 anos de prisão em regime fechado, uma vez que tal crime foi tipificado como “hediondo” em nosso país).

As profundas conexões entre a ilegalidade das drogas e as formas como são combatidas, e o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas no Brasil não são consistentemente tematizadas na comunidade virtual estudada. Por isso, estruturar uma luta política em condutas individuais marcadas por autocontrole, autodisciplina e responsabilidade pessoal e social, supostos como comportamentos racionais e calculados cuja consecução seria constitutiva do ser humano, podendo, portanto, ser aprendida igualmente por qualquer indivíduo, pode se revelar, em algum momento, uma armadilha. Tal racionalidade abstrai os indivíduos de seu contexto social e, ao fazer isso, encobre conflitos profundos e fundamentais da sociedade brasileira, ignorando as precondições sociais que tornam possível o reconhecimento dessas habilidades e da maestria no manejo das técnicas de si. Deste modo, ainda que seja possível a um indivíduo cujas características o indexam às ditas “classes perigosas” realizar tal sorte de operações sobre si mesmo, a simples e dura realidade de sua indexação, no contexto histórico de funcionamento do racismo estrutural brasileiro, impede seu reconhecimento como “capaz” e “competente”, reduzindo-se suas possibilidades de contraconduta e escape às tecnologias de dominação construídas para o controle, justamente, de pessoas como ele. Assim, é preciso situar as técnicas de si no mundo social, percebendo-as como ferramentas de inscrição dos sujeitos em estilos de vida característicos de determinadas classes. O sujeito idealizado na comunidade investigada, então, constitui, em grande medida, uma projeção das subjetividades modernas de classe média, subjetividades que se constituem mediante a transmissão afetiva, invisível e imperceptível, que se dá no espaço privado (no interior da casa

burguesa) das capacidades de autocontrole, autodisciplina e assunção de um senso particular de responsabilidade:

desse modo, as noções de disciplina e de autorresponsabilidade podem ser incorporadas de modo invisível, cada dia um pouquinho e acompanhando o desenvolvimento da criança, não apenas como uma violência de fora para dentro, mas também como “atos de amor cotidianos”. (SOUZA, 2009, p. 405).

Tais disposições, aprendidas “ao natural” no ambiente familiar, sob as formas de “amor” e “cuidado”, e por imitação aos hábitos familiares, constituem, seja na escola, no mercado de trabalho ou em uma comunidade virtual, pressupostos ao que se trata, nesses locais, de aprender. Pressupostos estes cuja gênese e formas de aquisição não são problematizados, pois são pensados como capacidades naturais, uma vez que seus processos de aquisição, ocorridos nos ambientes familiares, se dão de modos automatizados, sem consciência explícita de sua ocorrência, de modo que um dos principais efeitos desse processo de naturalização das disposições comportamentais da classe média como disposições comportamentais do gênero humano é o desenvolvimento de uma capacidade de solidariedade que se restringe aos destinos e tragédias dos indivíduos pertencentes a “nossa” própria classe, processo de identificação que Souza refere como absolutamente “afetivo” e não-racional. Esse esquecimento da gênese da desigualdade social, de como se dá o processo de socialização familiar, processo no qual se desenvolvem essas habilidades e disposições, é precisamente o que permite focar sobre o indivíduo uma expectativa acerca de seu mérito, de sua capacidade de demonstrar excelência na direção de suas condutas. O sucesso nessa autorregulação pode, assim, ser vivenciado não como fruto de um privilégio socioeconômico, mas como mérito individual e, da mesma forma, exigido de qualquer indivíduo, uma vez que a aquisição das habilidades necessárias é desconectada dos contextos sociais nos quais tal aquisição é normalmente possibilitada e, naturalizada, passa a demarcar distinções e prestígios individuais e grupais.

O processo de subjetivação configurado reproduz, então, de modo insidioso e, talvez, sem que os envolvidos disso se deem conta, as formas de desigualdade que caracterizam o processo de modernização brasileiro: essa luta social por formas de subjetividade não-patológicas e não-criminosas acaba, paradoxalmente, por aproximar, de forma inesperada, esses ativistas contemporâneos pela legalização da maconha dos médicos, psiquiatras, juristas, cientistas e administradores públicos que, do início até meados do século passado, tanto se comprometeram e batalharam pela proibição do uso da droga e pela objetivação de seus usuários (oriundos, à época,

quase que exclusivamente daqueles estratos sociais aos quais Jessé Souza se refere como “a ralé brasileira”) como doentes e como delinquentes. De certa forma trágica, a resistência reproduz a dominação e nesse novo contexto, de formas diversas, com outros discursos e outras práticas, um mesmo velho poder se faz exercer. Tal reprodução se dá, precisamente, pelo fato de que a disciplina e o autocontrole constituem “os imperativos para que mercado e Estado se reproduzam em escala ampliada”, de modo que “obedecemos a tais imperativos porque todos nós queremos bons salários e prestígio social, que são bens e recursos monopolizados por Estado e mercado” (SOUZA, 2009, p. 108). Nesse sentido, as contracondutas elaboradas constituem, ao mesmo tempo, contestações e reiterações da ordem política, econômica e social vigente, uma vez que todo esse governo de si construído no âmbito da comunidade virtual analisada busca compatibilizar as necessidades de usuários de maconha de classes médias com as necessidades do Estado e do mercado. Daí a importância de ser produtivo, competente, bem-sucedido. Como escreve Jessé Souza,

mercado e Estado “criam”, no sentido forte desse termo, um certo tipo de indivíduo e de comportamento individual e condenam todas as outras formas possíveis ao esquecimento e ao estigma social da pré-modernidade, do delinquente e do marginalizado. (SOUZA, 2009, p. 108-109).

Autocontrole, disciplina e responsabilidade, demandas do Estado e do mercado, são incorporados pela comunidade. Modelos psicossociais para a consecução moderna do trabalho produtivo e da cidadania política, eles configuram marcos éticos para a constituição de um sujeito usuário de maconha não-doente e não-delinquente. Operando no interior desses marcos, ao estruturar sua ação estratégica a partir dessa forma de essencialização individual, esse movimento de fato configura uma instância de liberdade mas, ao mesmo tempo, se furta ao questionamento de se seria a luta contra a dominação de usuários de maconha passível de ser lutada sem o enfrentamento de outras formas de dominação historicamente tão imbricadas com essa, como o são a dominação racial e socioeconômica, sendo a própria proibição da maconha efeito de um poder que se exerceu e segue sendo exercido primordialmente sobre pobres e negros, as maiores vítimas da manutenção do paradigma de “guerra às drogas”.

Diante de todas essas considerações, concluo haver nos processos de subjetivação que se operam na comunidade estudada uma irreduzível marca de resistência, uma vez que nela são incentivadas outras formas de relação com a droga, caracterizadas por moderação, reflexão crítica e um ativismo voltado ao combate ao comércio violento de drogas e à inserção da produção de

maconha em um circuito privativo, não-comercial, não-lucrativo e destinado à produção de subsistência, de autossustento individual. Busca-se romper, portanto, com relações normalizadas na contemporaneidade sob as formas do excesso, da dependência, do consumo acrítico, compulsivo e desenfreado, enfim, com a cultura contemporânea do consumo, que projeta um ideal de felicidade como realização instantânea e irrefletida dos desejos individuais. As subjetividades produzidas no interior da comunidade, no entanto, emergem como possibilidades concretizáveis somente por parte de alguns indivíduos usuários de maconha do nosso tempo. Ainda assim, configura-se uma abertura de mais fissuras no edifício da dominação dos usos do próprio corpo e dos prazeres, uma vez que as contracondutas analisadas carregam em si um componente de libertação do Estado e das formas de sujeição por ele promovidas, componente este que pode vir a configurar, quem sabe, um ponto de ancoragem a partir do qual uma outra ética do uso de maconha possa encontrar suas condições de emergência.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. Relatório, 2011. Disp.: <[http://www.global commissionondrugs.org/wpcontent/themes/gcdp_v1/pdf/Global_Commission_Report_Portuguese.pdf](http://www.globalcommissionondrugs.org/wpcontent/themes/gcdp_v1/pdf/Global_Commission_Report_Portuguese.pdf)>. Acesso: 16 mar. 2016.
- DÓRIA, Rodrigues. Os Fumadores de Maconha: efeitos e males do vício. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional, 1958, pp.1-14.
- FOUCAULT, Michel. Tecnologias de Si. **Verve**. São Paulo, n. 6, 2004. p.321-360.
- _____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. **História da Sexualidade 2**: o uso dos prazeres. São Paulo: Graal, 2012.
- _____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. **Ditos e Escritos V**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a, p.258-280.
- GROWROOM. **Fórum**. Disponível em: <http://www.growroom.net/board/>. Acesso em 16 de março de 2016).
- MENDONÇA, João. Os Perigos Sociais da Maconha. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional; 1958. p.99-103.
- MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o presente**. São Paulo: Paulus, 2012.
- ONU/UNODC. **Relatório Mundial de Drogas, 2015**. Disp.: <http://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf>. Acesso: 16 mar, 2016.
- ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.
- RIBEIRO, Tiago Magalhães. **Governo Ético-Político de Usuários de Maconha**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- SENEILLART, Michel. Situação do Curso. In: FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

RESUMO

O artigo descreve aspectos de uma história da subjetividade de usuários de maconha no Brasil. Analisa discursos circulantes em estudos médicos e psiquiátricos do começo a meados do século XX e em interações entre usuários da droga em uma comunidade na internet. Orientado pela ferramenta analítica da governamentalidade, elaborada por Michel Foucault, conclui que o usuário de maconha foi construído historicamente, no Brasil, como um sujeito patológico e delinquente, sendo tal construção reelaborada, na contemporaneidade, a partir de racionalidades e tecnologias liberais de governo das condutas através da educação, de modo a conformar um sujeito autocontrolado e gestor de si mesmo. Tal processo, contudo, tem seus limites nas profundas divisões socioeconômicas da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Maconha. Governamentalidade. Educação.

NOTES ON THE ETHICAL-POLITICAL GOVERNMENT OF MARIJUANA USERS IN BRAZIL

ABSTRACT

The article describes aspects of a history of subjectivity of marijuana users in Brazil. It analyzes current discourses in medical and psychiatric studies from the beginning to the middle of the 20th century and interactions between marijuana users in a community on the internet. Driven by the analytical tool governmentality, designed by Michel Foucault, it concludes that the marijuana user was historically constructed in Brazil as a pathological and offender subject. Such construction is being reworked in contemporary times from liberal rationalities and technologies of government of conducts by means of education, thus modeling a self-controlled and self-manager subject. This process, however, is limited by the deep socioeconomic divisions of Brazilian society.

Keywords: Marijuana. Governmentality. Education.

Submetido em out. 2015.

Aprovado em jan. 2016.